



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA (33ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Terceira (33ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 17 de outubro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15) e Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou a Vereadora Luzia C. C. Nogueira para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do *Requerimento nº 546, de 2014*, subscrito pelo Vereador *Manoel Eduardo P. C. Palomino*, solicitando, “com base nos Artigos 81, I, “a”; 156, I, e 167, § 1º, do Regimento Interno vigente, *justificativa de falta* para a data, por motivo de doença, conforme atestado médico anexo”, o que foi aprovado, pela Casa, sem voto discordante dos presentes. Dando por iniciada, efetivamente, a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Trigésima Segunda (32ª) Sessão Ordinária, realizada em 13 de outubro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 107, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 93/2014, datada de 16/10/2014, objeto do Ofício nº 93/2014, de igual data, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica, à 64ª CIRETRAN de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 92/2014, datada de 15/10/2014, objeto do Ofício nº 92/2014, de igual data, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 278/2013, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2014, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano ao Engenheiro Agrônomo Rui Martins Rosa”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 2014, de autoria da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano à senhora Laura Oller Sobrinha”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Balancete da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de setembro/2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº. 93/2014, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 107/2014 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 547 e 548, de 2014, da senhora Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, quais ações estão sendo tomadas para o combate a Dengue” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, onde estão instalados os radares fixos e qual a velocidade permitida nos respectivos trechos”; nº 549, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe, sobre a inexistência de rampa de acesso no Protocolo da Prefeitura, descumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000”; nºs. 551 e 558, de 2014, da senhora Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe qual será o procedimento da administração, para solução dos problemas ainda existentes no CEMPI Maria Aparecida Mariano Todarelli” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia da Portaria de Nomeação dos Membros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação – FUNDEB, bem como cópia das atas das reuniões deste conselho, nos últimos dois anos”; nºs. 550 e 557, de 2014, do senhor Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 618/2013, que solicitou informes sobre o calçamento da Rua Sebastião Milano Sobrinho” e “sejam convidados o senhor Eduardo Zornoff, Gerente de Relações da Elektro S/A, e um representante do Poder Executivo, com conhecimento do assunto, para comparecerem no Plenário da Câmara, no dia 03 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de prestarem esclarecimentos sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP”; nºs. 552, 553 e 554, de 2014, do senhor Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 805/2013, que solicitou informes a respeito da documentação da área onde está instalado o Aeroporto de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o Programa Bem-estar Animal, a saber os dados sobre a quantia de animais abrigados, qual o montante em doações, entre outras coisas, do trabalho realizado até a presente data” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre projetos de pavimentação asfáltica na pista do Aeroporto de Mogi Mirim”; nº 555, de 2014, do senhor Vereador Luís Roberto Tavares e outros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a possível devolução dos valores arrecadados com a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, considerando Liminar concedida ao Ministério Público, pelo juiz da 1ª Vara de Mogi Mirim, suspendendo a cobrança da taxa”; nº 556, de 2014, do senhor Vereador Benedito José do Couto, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que decrete Ponto Facultativo nos órgãos integrantes da administração municipal no dia 20 de novembro de 2014 – Dia da Consciência Negra”; nºs. 559, 560 561, de 2014, do senhor Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a quantidade de deficientes visuais, que utilizam o transporte público no Município”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que providencie, junto à secretaria competente, informações sobre o transporte escolar rural, precisamente, nos bairros Vatinga e Tanquinho” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o teor do Requerimento nº 170/2014, que solicitou cópia do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a atual empresa prestadora do Sistema de Arrecadação de ISSQN”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 635, de 2014, do Sr. Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, sugerindo, “providências, para que seja cumprida a Lei Municipal nº 4.246/2006, referente às caçambas estáticas de entulhos”; nº 636, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “providências, para ampla propaganda do determinado na Lei Municipal nº 3.687/2002, no sentido de atrair interessados para a realização da Feira de Agricultura Sustentável”; nº 637, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “instalação de piso direcional na sede do Gabinete do Prefeito”; nºs. 638, 639, 640, 641 e 642, de 2014, do senhor Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção em três lombadas existentes na estrada vicinal MMR-287, próximo ao PSF Gabrielzinho e à Capela do Bom Jesus”, “providências, para adequada sinalização na ponte, localizada na Rodovia João Luiz Moreno – MMR-357”, “providências, para poda de árvore, localizada na Avenida Santo Antônio, esquina com a Rua Coronel Leitão”, “providências, para operação tapa-buracos na Avenida Carmo Nicolino de Próspero, no Jardim Longatto” e “providências, para poda de árvore, localizada na Avenida Santo Antônio nº 263, centro”; nº 643, de 2014, do senhor Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “alteração do local, onde estão sendo realizados os exames dos condutores de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

veículos, da Rua César Gasparotto, no Parque da Imprensa, para outro local, mais adequado”; nº 644, de 2014, da senhora Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo, “reparos nos chuveiros do CEMPI Maria Bueno Amoêdo Campos, localizado na Vila Dias”; nº 645, de 2014, do senhor Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, “reparos na pavimentação asfáltica da Rua Campo Grande, próximo à ponte João Borges Pimenta”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 078, de 2014, da senhora Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Rosemeire Aparecida Mosca Nascimento, ocorrido em 14 de outubro último”; nºs 079 e 080, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Aparecida de Oliveira Lovo, ocorrido em 09 de outubro último” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Joaquim Júlio de Souza, ocorrido em 09 de outubro último”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 731, 732, 733, 734, datados de 13 de outubro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 560/2014; Indicação nº 584/2014; Requerimento nº 461/2014; Requerimento nº 431/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Imediatamente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que solicitou a suspensão dos trabalhos, para uma reunião, na Sala da Presidência, objetivando a discussão de assuntos relativos à Comissão de Denominação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Vias e Logradouros, com todos os Vereadores. A sessão foi suspensa às 19 horas e reaberta às 19h37. Prosseguindo o uso da palavra no “Expediente”, foi facultada a palavra à Vereadora senhorita Dayane Amaro Costa, que comentou resposta, recebida da Secretária Municipal Beatriz Gardinalli, que tinha indeferido uma sua indicação, referente à mudança de local de um poste, que sustenta o semáforo, no cruzamento das Ruas João Soares de Camargo, com Treze de Maio, coluna esta, que impedia a passagem das pessoas, não só das pessoas com deficiência, mas dos transeuntes de um modo geral. A vereadora comentou que ficara extremamente insatisfeita com a negativa da secretária, que por sua vez, embasara a negativa, na ausência de recursos financeiros. “Ela diz que a Prefeitura não tem dinheiro, mas é algo prioritário, logo, fico muito insatisfeita com a resposta”, destacou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira, que comentou Requerimento nº 547/2014, por ela apresentado, versando acerca da Dengue. Falou sobre o falecimento da mogimiriana de trinta e três anos, que tinha passado pelo atendimento na UANA, depois, por atendimento em Mogi Guaçu e, finalmente, quando fora para atendimento em Itapira, recebera o diagnóstico de Dengue, mas falecera logo depois. Alertou a respeito da estação chuvosa, típica do verão, quando os focos se alastravam, sublinhou que o assunto era preocupante e que ela desejava saber como a equipe da saúde estava preparada para receber os casos de Dengue e o seu diagnóstico, para evitar óbitos, ao máximo. Também falou sobre seu Requerimento nº 548/2014, que solicitava informações acerca de onde estavam instalados os radares fixos e qual a velocidade permitida nos respectivos trechos, e desejava saber, do setor responsável, sobre a necessidade de tantos radares. Por fim, sobre o requerimento que subscreveu, junto com a Vereadora Maria Helena Scudeler, requerendo a solução dos problemas ainda existentes no CEMPI Maria Aparecida Mariano Todarelli, disse que tinha visitado o centro, juntamente com a vereadora peessedebista, relatando que o problema inicial, que motivara a reforma e interdição do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

local, dera-se com a caixa d'água, que fora retirada, já há dois anos, e que, agora, findo o período da reforma, a administração havia colocado uma caixa d'água com menor volume, provocando uma interrupção no abastecimento das torneiras e chuveiros do centro, logo no período matinal. “Nós fomos lá, no CEMPI Maria Aparecida Todarelli, e vimos crianças sendo limpas, com baldes, e as serventes, levando e trazendo baldes; a higiene das crianças sendo feita com baldes e lencinhos, algo completamente impróprio, e queremos saber quando o Prefeito vai solucionar os problemas Do CEMPI Maria Aparecida Todarelli de forma definitiva”, registrou e encerrou seu discurso. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse do uso da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este falou sobre as eleições. Destacou que não gostava de usar a tribuna para discorrer sobre conversas das redes sociais; que não entrava em debates na rede social – Facebook, porque preferia parlamentar ao vivo, mas que, durante a semana, chamara-lhe a atenção o posicionamento do ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva, PSB, pessoa que merecia todo o seu respeito; que o ex-prefeito sempre defendera a questão da moralidade, com o que concordava o vereador peessedebista, mas que, nas redes sociais, ele estava defendendo a Presidente Dilma Roussef, candidata a reeleição, pelo PT; que o ex-prefeito havia postado que nada de errado tinha acontecido na Petrobrás, mas que apenas tinham sido comentados erros técnicos; que estranhava o apoio de Paulo Silva, que era membro do PSB, à Dilma Roussef, PT, já que, em nível nacional, o PSB apoiava Aécio Neves, do PSDB; que estranhava a posição do ex-prefeito de ‘tapar o sol dos escândalos todos com a peneira’; que o posicionamento do ex-prefeito tinha lhe causado estranheza, porque, durante sua gestão, ele sempre buscara, que tudo o que estivesse errado, fosse apurado e, de repente, nas redes sociais, o PT, para Paulo Silva, era ‘todo santo’, nada tendo feito de errado; que ele, orador, podia falar com conhecimento de causa, pois fora vereador opositor, quando Paulo Silva havia sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito; que tinha curiosidade em saber, depois de todos os fatos provados, qual seria a posição de Paulo Silva nas redes sociais, que o admirava, não como administrador, mas como pessoa honesta que era e que, sua fala tinha sido apenas um desabafo, porque não lhe era crível, que o ex-prefeito, Dr. Paulo Silva, estivesse vendo a mesma coisa que o resto do país estava vendo, ou seja, os vários escândalos envolvendo o governo do PT. A seguir, como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Cinoê Duzo. Este dirigiu críticas ao Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Saúde, Gérson Rossi Junior. Afirmou que ele era o responsável pela saúde na cidade; que a população inteira estava descontente com os rumos da saúde; que a saúde apresentava um péssimo atendimento, com médicos querendo pedir a demissão, em virtude da baixa remuneração, sem contar a população, que era constantemente destrutada; que, ao invés de cuidar da saúde da cidade e melhorar a qualidade de vida da população, o responsável, ao contrário, estava omissos, deixando muito a desejar e citou, por exemplo, os últimos cortes efetuados nos recursos para a Santa Casa; que muito dinheiro, que poderia ser empregado na saúde, estava sendo jogado fora, em coisas completamente desnecessárias, tais como, as placas de propaganda do Prefeito, as quais afirmavam, de modo enganoso, um atendimento de doze mil pessoas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, quando, na verdade, a administração ainda não realizara um único atendimento no local, e perguntou como a administração podia falar em saúde pública, quando a cidade era uma cidade insustentável e o Secretário de Saúde se fazia passar por bom rapaz, moço bom, mas não mostrava trabalho e, tampouco, ação; que era muito fácil a Gerson Rossi ficar chorando, ou usando o prefeito como escudo, e pediu que o secretário assumisse seus erros, tais como, os erros que cometia na direção da saúde mogimiriana e que, na saúde mogimiriana, o cidadão buscava o auxílio no postinho e retornava para casa mais doente do que quando chegara. “Vai lá, Gérson, na Santa Casa, você que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

está querendo fechar a Unidade de Atendimento – UANA; você, que primeiro cortou o repasse, mostre a sua cara no hospital; vai lá dar a cara para bater, dizer que é o responsável por metade da verba do hospital ter sido reduzida, porque, ao invés de incentivar e aumentar o recurso para a Santa Casa, você o reduziu; ‘a saúde é o que interessa e o resto não tem pressa’, a cidade está um caos total, em todas as áreas, e o senhor, senhor Gérson Rossi, o senhor fez a opção de ser o Secretário de Saúde desta cidade, portanto, mostre trabalho e mostre ação, saia de trás do escudo do Prefeito, ele, que tem culpa sim, e assuma seus erros”, verbalizou o vereador e finalizou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que comentou os requerimentos por ele apresentados, a saber, buscando informes sobre a quantidade de deficientes visuais, que utilizam o transporte público no município; providências e informações sobre o transporte escolar rural, precisamente, nos bairros Vatinga e Tanquinho, que ainda enfrentavam muitos problemas e soluções não estavam a contento e ainda, reiterando o teor do Requerimento nº 170/2014, que tinha solicitado cópia do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a atual empresa prestadora do Sistema de Arrecadação de ISSQN, para acompanhamento e comparação com a empresa anterior, a qual gerara muitos problemas. Depois, relatou que estivera visitando a Estação de Tratamento– ETA, onde era tratado o esgoto, um local interessante, a estação muito bonita e que valia a pena conhecer, e explicou que, a um custo elevado, eram tratados sessenta por cento do esgoto da cidade, com projeções continuadas. Sugeriu a visitação de escolas no local, para que as crianças pudessem ter a conscientização ambiental desde cedo. A seguir, mencionou a fala do Vereador Osvaldo Quaglio, relativa ao seu posicionamento político-partidário, salientando que a questão da Petrobrás tinha gerado uma imagem negativa para o Partido dos Trabalhadores - PT, do qual ele, orador, era líder na Casa; que a Presidente Dilma Roussef procurava desenvolver um trabalho de investigação e prisão nesse sentido; que nos debates, o que mais se via eram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as acusações mútuas, de ambos os lados, que ele, ao assistir debates, desejava ver propostas e não acusações das corrupções de um lado, ou de outro, e que, o nível dos debates deveria ser ampliado e melhorado, justamente, para discussão de projetos e ideias. A respeito do afastamento dos auditores da Prefeitura, supostamente, envolvidos na dita Máfia do ISSQN, o vereador aclarou que o assunto ainda estava pendente, que os auditores ainda não tinham reassumido suas funções e que, agora, a administração acusava os auditores de um novo envolvimento, uma nova sindicância, desta vez, a respeito da UNIMED. “Vejam, observem como o Poder Executivo de Mogi Mirim tem procurado encontrar uma brecha, para mantê-los afastados – isso é um erro – e eu disse isto ao prefeito, que está preocupado com sua imagem perante a população, portanto, se ele está preocupado, que ele tenha atitudes corretas com todos, a iniciar pelos auditores, pois nada foi encontrado de incorreto, então, eu peço uma justiça para este caso, lembrando que, se o assunto prosseguir, com advogados, Justiça e recursos, no final desse episódio, como sempre, quem pagará a conta será o povo”, pontuou e concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que registrou sua indicação, através da qual sugeriu a manutenção em três lombadas, existentes na estrada vicinal MMR-287, próximo ao Posto de Saúde Familiar - PSF Gabrielzinho e à Capela do Bom Jesus. O Vereador também comentou requerimento que apresentou, reiterando o Requerimento nº 805/2013, pedindo informes a respeito da documentação da área onde está instalado o Aeroporto de Mogi Mirim, para que, com a documentação completa, pudesse buscar emendas governamentais federais e estaduais, para desenvolvimento do aeroporto local. Por fim, convidou a todos para a reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, na quinta-feira próxima, às 19h30, no Plenário da Câmara Municipal. A seguir, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que tomou a defesa de seu partido, o PT, defendendo também o PSB, partido do ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva, replicando, portanto, a fala do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Osvaldo Aparecido Quaglio. Disse que o PSDB, partido do Vereador Osvaldo Quaglio, estava em primeiro lugar no ranking dos partidos que mais desviavam verbas e recursos; que o PSDB era corrupto e o partido político mais sujo no Brasil; que trezentos e sete políticos do PSDB não tinham conseguido disputar eleições, por causa da ficha suja; que os desvios efetuados no Metrô Paulista estavam na casa dos quatro bilhões de reais; que um valor muito mais alto tinha sido desviado da saúde; que o caso SIVAM, escândalo ocorrido no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, PSDB, nunca tinha sido investigado e não havia um único político do PSDB preso por isso; que a denominada ‘pasta rosa’ havia desviado dois bilhões e quatrocentos mil dólares para a campanha de vinte e cinco candidatos do PSDB, em 1990, mais vinte e quatro candidatos financiados pela FEBRABAN; que também existiam os indícios de compra de votos na campanha eleitoral de FHC, a questão dos trens, em São Paulo, e a privatização da dívida interna e ninguém estava preso por isso; que a Presidente Dilma havia moralizado o sistema político; que estes eram apenas alguns dos motivos pelos quais Paulo de Oliveira e Silva apoiava Dilma Rouseff para a presidência do Brasil; que ele, orador, também apoiavaa Dilma, que ele queria ver um governo petista de vinte e quatro anos e que, era fácil jogar pedras nos outros, mas o atirador deveria ter cuidado para atingir a si próprio, pois ele, orador, defendia o PT com orgulho e frisou que, para falar do PT, eram necessárias provas. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires que, primeiramente, comentou sobre o seu requerimento, através do qual convidava o senhor Eduardo Zornoff, Gerente de Relações da Elektro S/A, e mais um representante do Poder Executivo, com conhecimento do assunto, para comparecerem no Plenário da Câmara, no dia 03 de novembro de 2014, às 18h30, com o intuito de prestarem esclarecimentos sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP. Afirmou que procurava conferir informações, pois existiam muitas disparidades na cobrança da contribuição, além do sistema de bandeiras tarifárias, que se iniciaria em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2015. “A população precisa saber, porque não explicaram muito bem sobre o aumento da energia, e eu votei a favor da contribuição, porque era uma resolução da ANEEL e, agora, não há mais o que se fazer, portanto, a discussão, doravante, é sobre o valor da taxa, que, em Mogi Mirim, é bem superior se comparada às cidades da região; a cobrança está suspensa, por liminar, e vamos pedir para que o prefeito reduza o valor cobrado na CIP”, esclareceu. Por fim, convidou todos para as festividades relativas ao ducentésimo quadragésimo quinto aniversário da cidade de Mogi Mirim, no dia 22 de outubro, com vasta agenda, desde a manhã até à tarde, destacando a inauguração da creche “Géssia Cristina Cruz Mazon”, no Jardim Paulista, cuja denominação fora indicação do vereador orador. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que se congratulou com a população pela suspensão da CIP, afirmando que a voz do povo tinha sido ouvida, parabenizando o advogado Thiago Costa, que tinha dado entrada a uma ação popular, junto ao Ministério Público, conseguindo liminar. “Isso nos faz refletir ainda mais e espero que o Poder Executivo não recorra da decisão, mas venha conversar com o Poder Legislativo, sobre a cobrança, para que não fiquemos brigando, juridicamente, mas possamos conversar e revogar a lei, a fim de que o Prefeito nos mande outro projeto, com um valor justo, e, quem sabe, assim, ele receba o apoio dos vereadores da oposição, porque, de fato, quem deveria ter assumido a iluminação pública era o próprio Poder Executivo e fazendo sua manutenção”, aclarou o edil. Depois, dirigindo-se à Vereadora Dayane Amaro, disse que a apoiava na luta que embatia a respeito do poste, que segurava o semáforo, no cruzamento das ruas Treze de Maio e João Soares de Camargo, acentuando que, logicamente, a vereadora estava correta em seus questionamentos. Para concluir, parabenizou as equipes que haviam disputado a final do Campeonato de Futebol Amador de Mogi Mirim, quando tinha se sagrado campeã a equipe de futebol Vila Dias, que havia conquistado o seu sexto Campeonato Amador de Mogi Mirim. “Os jogadores virão aqui, neste Plenário, porque vou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

homenageá-los”, registrou e encerrou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Esta comentou sobre os problemas ainda existentes no CEMPI Maria Aparecida Mariano Todarelli, principalmente, relativos à falta d’água, pois, após a reforma, a administração havia instalado, na creche, um reservatório ínfimo, o que resultava na falta de água logo no período da manhã. A Vereadora exigiu da Secretária Municipal de Educação, Márcia Róttoli Masotti, também ex-vereadora, maior atenção aos CEMPIs, não só ao Maria Aparecida Todarelli, bem como para o CEMPI Maria Bueno Amoêdo Campos, localizado na Vila Dias, que estava com todos os chuveiros numa temperatura única, ou quentíssima, ou gelada. “Visitamos os dois CEMPIs, Vereadora Luzia Nogueira e eu, e vimos os problemas que definem o dia a dia das funcionárias, que aguardam há muito tempo que as correções aconteçam e não acontecem; no CEMPI Maria Aparecida Todarelli tentaram invadir a creche, quebrando os vidros e, depois de toda a reforma, todos os vitrôs ainda apresentam problemas e eu quero até dizer, que temos, hoje, uma pessoa que vai levar todas as nossas reivindicações aos departamentos competentes, pessoa que merece todo o meu respeito, que é Camilloti Junior, e eu peço que ele faça essa intermediação, junto ao Poder Executivo, porque ele sabe que estou aqui, para defender o munícipe, a cidade e o interesse público”, pontuou e finalizou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto que, de início, agradeceu aos responsáveis da administração, principalmente os da Secretaria de Trânsito, que haviam atendido a um seu pedido, para implantação de mão única de direção na Rua Timbira, zona leste, efetuando mudanças de trânsito no local. Explicou que aconteciam muitos acidentes naquele trecho, principalmente, na esquina da SEC TV, e que, em breve, tinha esperança de ver atendido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outro seu pedido, o de implantação de mão única na Rua Guatemala, na Vila Dias. Prosseguindo, destacou sua sugestão de Ponto Facultativo para o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, efeméride ainda não comemorada no Município, com pedido em trâmite, no Congresso Nacional, para que se tornasse um Feriado Nacional. “Sou favorável, a que tenhamos a efeméride para a raça negra e o Professor Sampaio, representante do movimento em Mogi Mirim, comunga dessa ideia, portanto, se o prefeito der o Ponto Facultativo no dia 20 de novembro, eu também darei na Câmara”, afirmou. Por fim, convidou todos para as festividades relativas ao Aniversário da Cidade, em 22 de outubro, acentuando o show sertanejo gospel com Rick & Jonas – Ministério CEFA e uma comédia *stand-up*, com Jonathan Nemer, no Espaço Cidadão. Não havendo mais oradores inscritos, novamente na direção dos trabalhos, o Presidente suspendeu a Sessão às 20h36, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 101, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Poder Executivo a alienar, por doação, área de terreno de propriedade do Município de Mogi Mirim à empresa A. VIEIRA ELEVADORES ME., e dando outras providências”. **Emendas Aditiva e Modificativa do Vereador João Antônio Pires Gonçalves.** Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 101/2014, do Prefeito de Mogi Mirim, e emendas); (à Comissão de Justiça e Redação para as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atividades de praxe, encaminhado-se, ato contínuo, à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 105, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “coibindo o uso não racionalizado de água potável em Mogi Mirim e dando outras providências”. **Emenda Aditiva** do Vereador Leonardo David Zaniboni. **Emendas Aditiva e Modificativa** do Vereador Luis Roberto Tavares. **Emendas Aditivas** do Vereador Cinoê Duzo. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 105/2014, do Prefeito de Mogi Mirim, e emendas); (à Comissão de Justiça e Redação para as atividades de praxe, depois, à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação, ao VETO TOTAL do Executivo, ao Projeto de Lei nº 98, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando-se a redação do *caput* do Artigo 5º, da Lei nº 5.595, de 2014, que instituiu o IPTU VERDE”. (em caso de rejeição do parecer desfavorável, o Plenário deliberará o veto total, em Turno Único. Para rejeição do VETO é necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, computando-se o voto do Presidente da Câmara, conforme Artigo 20, IV, do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, aclarando que o Prefeito havia vetado um projeto de lei de emenda à Lei do IPTU Verde, aprovada pela Casa, portanto, que o Prefeito estava vetando uma emenda à lei, a qual já havia sido por ele, sancionada. “O Prefeito concordou com a lei e, depois, vetou a emenda à mesma lei, por inconstitucionalidade, por isso, o parecer é desfavorável, porque ele veta uma emenda à lei, a qual ele mesmo já sancionou”, frisou e concluiu; (colocado a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, Turno Único, por doze (12) votos favoráveis a três (03) votos contrários, o Parecer Desfavorável da CJR ao Veto Total do Executivo, ao Projeto de Lei nº 98/2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni); (à ciência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Prefeito de Mogi Mirim; ao Presidente da Câmara para promulgar); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso V do Artigo 172 do Regimento Interno e Artigo 47 da LOMM:** 4. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01 de 2014, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “incluindo-se inciso ao § 6º, do Artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre casos de obrigatoriedade de audiência pública”. (o projeto deverá ser aprovado por dois/terços dos membros da Câmara, conforme determina o Artigo 47, § 1º da LOMM); (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 91, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a denominação do atual logradouro Rua Professor Ferreira Lima, centro, para RUA ROSA COLOSSO ZANIBONI”. **Emenda Aditiva** do autor do projeto em tela. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 562/2014, de autoria do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “conforme reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por dez (10) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 91/2014, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Requerimento de Adiamento nº 562/2014); (aguardem-se dez (10) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 91/2014 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários da Rede Municipal de Ensino”. *Emenda Modificativa* da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Para discorrer sobre a matéria, ocupou a tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para explicar sua emenda. Disse que apresentava a emenda modificativa a pedido de algumas professoras dos Centros Educacionais de Primeira Infância – CEMPIs, as quais solicitavam a supressão, no Artigo 27, II, “d”, do termo “implantada progressivamente”. “As professoras querem que a questão das horas-atividades seja implantada rapidamente, e não, progressivamente, portanto, a retirada do termo dá para elas um alento, de que a implantação das horas atividades será feita, rapidamente”, destacou e concluiu, pedindo a aprovação de sua emenda; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei Complementar nº 17/2014, do Prefeito de Mogi Mirim, e emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 7. Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de nomenclaturas e atribuições de Secretarias que especifica, e dando outras providências”. *Emenda Modificativa* do Vereador Leonardo David Zaniboni. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Projeto de Lei Complementar nº 18/2014, do Prefeito Municipal, e emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira inscrita foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que explicou o seu voto favorável ao Projeto de Lei Complementar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 18/2014, aclarando que o projeto propunha apenas uma divisão de serviços que já existiam entre duas secretarias e nada novo estava sendo criado, pois era contra a criação de novas secretarias, haja vista a situação da Prefeitura, quando faltavam recursos em todos os serviços de atendimento ao público e certos pagamentos, tais como, por exemplo, os repasses da Santa Casa. “Espero que o prefeito possa honrar seus compromissos anteriores, antes de fazer novas despesas”, acentuou. Por fim, agradeceu a todos a aprovação do projeto de emenda à LOM de Mogi Mirim, de sua autoria, e estabeleceu, em relação às reformas feitas nas áreas da saúde e educação, que a dificuldade existia, porque havia falta de dinheiro no erário e, mais uma vez, solicitou que a administração procurasse aquilo que era prioridade, porque, no momento atual, a Prefeitura não estava funcionando dentro de um mínimo esperado. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Este parabenizou os dirigentes, equipe técnica e jogadores do Time de Futebol Vila Dias, sagrado Campeão da Primeira Divisão do Futebol Amador de Mogi Mirim, no último final de semana. O Vereador disse que o evento tinha reunido cerca de duas mil pessoas, no Campo do Tucurão, mas reclamou da falta de policiamento no local, haja vista a presença, nas arquibancadas, de crianças e senhoras. Depois, finalizando, versou acerca dos radares móveis, que estavam em operação na cidade, afirmando que os radares deveriam propiciar segurança aos munícipes e não se tornarem uma indústria de multas. Assim sendo, o vereador destacou que o sistema tinha que ser regulamentado, imposta uma velocidade única, pois, da forma como estava, o sistema estava muito confuso, parecendo ‘pegadinha’. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que retomou o assunto da Contribuição de Iluminação Pública – CIP. Salientou que a Justiça tinha suspendido a cobrança da taxa, através de liminar; que ele tinha pedido a revogação da lei, através de requerimento aprovado; que, até o momento, o prefeito não tinha enviado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

novo projeto, principalmente, revendo valores, os quais deveriam ser condizentes com os cobrados por outras cidades; que o prefeito ignorava o requerimento, aprovado por todos da Casa; que o prefeito enviava para a Casa projetos, em ritmo alucinante; que os vereadores nada liam, aprovavam e depois reclamavam dos efeitos da lei; que estava valendo e o placar de cinco vereadores, os quais tinham votado contrários à contribuição, e enumerou-os, a saber, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Luiz Guarnieri, Luzia Nogueira, Luis Roberto Tavares e ele, orador, que o prefeito deveria reconhecer o erro e elaborar o novo projeto, conforme sugestão de seu requerimento e que, a situação estava causando a ira na cidade, porque a conta de energia já era alta e a ela fora acrescida a taxa. “E o dinheiro que foi arrecadado até agora? Onde estão sendo aplicados esses valores?”, inquiriu o vereador. Disse que havia ruas, onde não existia sequer um único poste, mas que o município tinha recebido o boleto, com a cobrança, e que, isso estava ocorrendo também na zona rural. Por fim, falou que a população estava revoltada, com razão, e concluiu, colocando que a gestão do prefeito Gustavo Stupp era horrorosa. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Luiz Antonio Guarnieri, Jorge Setoguchi e Waldemar Marcurio Filho, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, desde logo, relatou que tinha expedido ofício ao Corpo de Bombeiros de Mogi Guaçu, para uma completa vistoria no prédio da Câmara Municipal, porque, no caso de um acidente, haja vista a precariedade das instalações, ele, orador, não seria taxado de omissão. Na sequência, comentou sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, afirmando que mesmo tendo dado voto favorável à contribuição, estava agora repudiando o modo como a taxa estava sendo cobrada, porque o prefeito tinha induzido os vereadores ao erro. “Minha preocupação é com os mogimirianos, que estão pagando acima daquilo que foi aprovado e o prefeito tem que rever a lei; não adianta ficar apontando culpados, porque a solução é o prefeito mudar a lei, urgentemente, e, como já disse, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito não vai mais dar ‘o passa moleque’ nos vereadores, porque eu fui procurado por munícipes e tive coragem de enfrentar a população, não me escondi atrás do Facebook, e aquele grupo virtual antagônico é composto, na sua maioria, por derrotados políticos, que estão pregando o terrorismo na rede social, então, covarde é aquele que não aparece para explicar para a população e endosso que, enquanto o prefeito não fizer o certo, estou contra ele”, acentuou e encerrou sua participação. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Rosemeire Aparecida Mosca Nascimento, Aparecida de Oliveira Lovo e Joaquim Júlio de Souza*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h37, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

